



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	5132/989/18
<b>Poder</b>	LEGISLATIVO
<b>Município</b>	Santo Antônio do Jardim
<b>Entidade</b>	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM
<b>Período</b>	06/2018
<b>Relator</b>	Dr. Robson Marinho
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
<b>Responsável</b>	Luciano Leite Talpo
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	255.632.278-04
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2018 a 03/02/2018; 04/02/2018 a 04/04/2018
<b>Responsável</b>	Daniel Mazarin
<b>Cargo</b>	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
<b>CPF</b>	252.281.048-01
<b>Período de Gestão</b>	05/04/2018 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	R\$ 1.511,41	R\$ 417,69

**Movimentação no Exercício**

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	R\$ 0.00	R\$ 1.772,88	R\$ 156,22

**Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 482,27

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

**2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)**

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 564.227,72	R\$ 18.960.863,05	2,9757%	2,9757%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,9757%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

**2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 88.075,98
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 10.925,63
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 410.523,67
(=) Liquidez do Período	R\$ -333.373,32
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 492.000,00

(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 158.065,14
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 156,22
(=) Liquidez Projetada	R\$ 405,32

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 99,00%, valor este superior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 492.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 487.059,66
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>99,00%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 15.216.838,35
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 15.427.100,07
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 216.935,51
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite (sem CIP)</b>	<b>1,43%</b>
<b>Apuração do limite (com CIP)</b>	<b>1,41%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,41%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	6041
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 15.216.838,35
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 15.427.100,07

Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.079.897,00
Total de Despesas do exercício	R\$ 825.934,86
<b>Percentual Apurado (sem CIP)</b>	<b>5,43%</b>
<b>Percentual Apurado (com CIP)</b>	<b>5,35%</b>

(\*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 5,35%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

### 3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

#### 3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 06/09/2018

**Hora da Geração:** 21:35:39